Artigos

Transição de governo: um compromisso com o RS



Ranolfo Vieira Júnior

Secretário-chefe da Casa Civil do Governo do RS

A democracia não se fortalece apenas no momento do voto. Ela também se consolida na forma como os governos concluem seus ciclos e preparam o caminho para aqueles que recebem da população a missão de conduzir os destinos do Estado.

No Rio Grande do Sul, estamos conduzindo um processo de transição baseado em um princípio fundamental: o Estado pertence à sociedade, não a um governo. Governos se sucedem. As instituições permanecem. É justamente por isso que a transferência de informações, responsabilidades e projetos deve ocorrer com maturidade, transparência, organização e elevado espírito público.

A orientação do governador Eduardo Leite tem sido clara desde o primeiro dia. Todas as informações necessárias devem estar disponíveis para a futura administração, garantindo uma transição responsável, transparente e alinhada aos princípios que regem a boa gestão pública.

Ao longo das últimas semanas, secretarias e órgãos estaduais mobilizaram equipes técnicas para organizar informações sobre programas, investimentos, contratos, obras, orçamento, indicadores, resultados e desafios de cada área da administração pública. Esse esforço permitiu a elaboração de documentos detalhados, capazes de oferecer ao próximo governo uma visão abrangente e qualificada da realidade do Estado.

Mais do que cumprir uma obrigação legal, estamos cumprindo um dever institucional. Uma transição bem conduzida beneficia toda a sociedade. Ela contribui para evitar interrupções em serviços essenciais, assegura a continuidade de políticas públicas relevantes e permite que decisões sejam tomadas com base em informações consistentes desde o primeiro dia da nova gestão.

Todas as informações necessárias devem estar disponíveis para a futura administração

O Rio Grande do Sul enfrentou desafios profundos nos últimos anos. Superá-los exigiu planejamento, diálogo, capacidade de execução e compromisso com objetivos de longo prazo. Conduzir uma transição responsável é, acima de tudo, um dever de Estado. É a expressão concreta do respeito à democracia, às instituições e à confiança depositada pelos cidadãos no serviço público. ▬

O que não pode ficar para depois



Ana Maria Rossi

Presidente da Isma-BR

À medida que as festividades de fim de ano se aproximam, cresce a expectativa de concluir projetos, cumprir metas e organizar as contas para começar um novo ciclo. Mas o fim de um calendário não encerra as preocupações. Para quem enfrenta dificuldades financeiras, teme perder o emprego ou acompanha com apreensão o noticiário, a promessa de renovação pode dar lugar à angústia. Como celebrar um novo ano quando o futuro parece tão incerto?

Nesse contexto, o Dia Nacional de Conscientização do Stress, celebrado no terceiro domingo de novembro, é um convite para observar como estamos lidando com aquilo que nos preocupa. A Isma-BR incentiva que a data seja um lembrete amigável do que é realmente importante: respeitar nossos limites, cultivar vínculos e reservar tempo para cuidar de nós mesmos. A cobrança por terminar o ano com tudo resolvido acrescenta peso a uma rotina já exigente. Irritabilidade, noites maldormidas e dificuldade de concentração merecem atenção, sobretudo quando persistem e interferem no cotidiano.

Manter o equilíbrio emocional exige reconhecer o que sentimos e distinguir os problemas sobre os quais podemos agir daqueles que escapam das nossas mãos. Rever gastos, negociar prazos e estabelecer prioridades são atitudes possíveis. Exigir de si uma resposta para todas as incertezas, porém, transforma preocupação em cobrança permanente.

Preservar o sono, praticar atividade física e reservar momentos de convivência e recuperação ajudam a enfrentar as pressões. Quando o sofrimento persiste, buscar apoio profissional é parte do cuidado.

Quando o sofrimento persiste, buscar apoio profissional é parte do cuidado

Nas organizações, esse compromisso também precisa se traduzir em metas viáveis, diálogo e respeito aos períodos de descanso. A saúde mental não pode depender apenas da capacidade individual de suportar adversidades.

Talvez a reflexão mais necessária nesta reta final seja sobre o que estamos dispostos a sacrificar para dar conta de tudo. Nenhuma lista de pendências estará realmente resolvida se, para concluí-la, deixarmos a própria saúde para depois. ▬

Artigos devem ter até 2.000 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS. artigozh@zerohora.com.br

Direto da Redação

Matheus Schuch

matheus.schuch@rdgaucha.com.br



Ajuste fiscal envergonhado

Quem acompanha a política brasileira sabe que o momento de maior força política de um presidente eleito (ou reeleito) é o dia seguinte à vitória. Com o passar do tempo, surgem cobranças, ciúmes, disputa por espaço e insatisfação.

É por isso que o momento atual é tão relevante para Lula definir os rumos do próximo mandato. Se não apresentar um caminho consistente, com mudanças estruturais capazes de garantir a sustentabilidade das contas públicas, a cada semana o cenário ficará mais difícil.

O conjunto de medidas aprovado pelo plenário do Senado, que já deve ser submetido nesta semana à análise da Câmara dos Deputados, pode ajudar no cumprimento da meta fiscal de 2027, mas está longe de representar um ajuste estrutural.

Para evitar o desgaste político provocado pelo pacote, Lula fez questão de que as medidas fossem apresentadas enquanto cumpria compromissos no Exterior. Com a promessa de gerar um saldo positivo de R$ 60 bilhões para os cofres da União, o pacote foi apelidado de "plano Moretti", em referência ao ministro do Planejamento, responsável por apresentar a proposta.

Juros elevados e inflação fora de controle **penalizam todos os brasileiros**

Ou seja, a redução de incentivos tributários, o adiamento de repasses a Estados e municípios e outras medidas com impacto social foram defendidos por Bruno Moretti, um técnico da Esplanada, e não pelo presidente da República ou por integrantes da cúpula do governo. O ajuste de que o Brasil precisa para retomar uma trajetória de crescimento sólido, abrir espaço para uma redução mais expressiva da Selic e recuperar a confiança dos investidores não pode se resumir a uma operação contábil para cumprir metas fiscais.

Apresentar um pacote de medidas e aprová-lo rapidamente, com a articulação dos presidentes da Câmara e do Senado, pode até funcionar no curto prazo. Mas dificilmente será suficiente para resolver os problemas estruturais das contas públicas. Lula foi reeleito com a promessa de preservar os investimentos sociais e não adotar medidas que prejudiquem os mais pobres. Se recorrer às lições de seus dois primeiros mandatos, saberá que juros elevados e inflação fora de controle penalizam todos os brasileiros, mas atingem principalmente a população de baixa renda.

Com a autoridade política que recebeu das urnas, Lula deveria voltar de viagem nesta semana e assumir pessoalmente a responsabilidade pelo ajuste das contas. ▬

Esta coluna contém informação e opinião

Segunda-feira, **Matheus Schuch /** Terça-feira, **Humberto Trezzi /** Quarta-feira, **Antonio Carlos Macedo/** Quinta-feira, **Tulio Milman /** Sexta-feira, **Kelly Matos**